

45. A IGREJA É APOSTÓLICA

857-870



INTRODUÇÃO

A Igreja sempre teve consciência de que sua origem está relacionada aos apóstolos e de que não há outro caminho pelo qual se possa chegar à comunhão com o Pai e seu Filho a não ser o caminho da aceitação do testemunho daqueles que desde o princípio viram o Senhor e conviveram com Ele. Por isso Apostolicidade é a propriedade graças a qual a Igreja se conserva ligada a Cristo na pessoa dos apóstolos. A Igreja é apostólica porque está fundada sobre os apóstolos. A Apostolicidade garante a unidade da Igreja atual com a Igreja apostólica das origens. Em virtude da apostolicidade a Igreja conserva a identidade essencial com a Igreja dos apóstolos através dos tempos e dos espaços.

A originalidade da revelação cristã (...) está no fato de que ela não se fundamenta, em primeira instância, sobre um texto sagrado. Isso acontece, por exemplo, com o Islã que tem uma “Escritura que desceu de Deus”, que disse ao profeta: “Fizemos descer sobre ti a Escritura” (Corão, Sura 39,1-2). Portanto, é o texto e não Maomé o lugar próprio da palavra de Deus. No cristianismo, pelo contrario, é o Cristo a revelação de Deus, isto é, a pessoa e a vida histórica de Jesus de Nazaré. Ele, de fato, não é o portador de algum documento sagrado, ele nada escreveu nem nos entregou um livro vindo do céu. Disso resulta que a revelação, realizada em sua pessoa e em sua história, pode chegar até nós somente porque existiram homens que viveram com ele e que testemunharam para nós tudo o que ele disse e fez, como viveu, como morreu, como apareceu para eles, depois da morte, ressuscitado (DIANICH & NOCETI, *Tratado sobre a Igreja*, 402).

A apostolicidade está profundamente relacionada com as propriedades anteriormente apresentadas pelo Catecismo. Para ser a Igreja de Cristo não bastam qualquer unidade, santidade e catolicidade; é preciso que essa unidade, santidade e catolicidade sejam apostólicas.

TEXTO 857-870

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA SEÇÃO: A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

CAPÍTULO III: CREIO NO ESPÍRITO SANTO

ARTIGO 9: CREIO NA SANTA IGREJA CATÓLICA

PARÁGRAFO 3: A IGREJA É UMA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA



IV. A IGREJA É APOSTÓLICA

857. A Igreja é apostólica, porque está fundada sobre os Apóstolos. E isso em três sentidos:

- foi e continua a ser construída sobre o “alicerce dos Apóstolos” (Ef 2,20), testemunhas escolhidas e enviadas em missão pelo próprio Cristo;
- guarda e transmite, com a ajuda do Espírito Santo que nela habita, a doutrina, o bom depósito, as sãs palavras recebidas dos Apóstolos;
- continua a ser ensinada, santificada e dirigida pelos Apóstolos até ao regresso de Cristo, graças àqueles que lhes sucedem no ofício pastoral: o colégio dos bispos, “assistido pelos presbíteros, em união com o sucessor de Pedro, pastor supremo da Igreja”.

“Pastor eterno, não abandonais o vosso rebanho, mas sempre o guardais e protegeis por meio dos santos Apóstolos, para que seja conduzido através dos tempos, pelos mesmos chefes que pusestes à sua frente como representantes do vosso Filho, Jesus Cristo”.

A missão dos Apóstolos

858. Jesus é o enviado do Pai. Desde o princípio do seu ministério, “chamou para junto de Si os que Lhe aprouve [...] e deles estabeleceu Doze, para andarem consigo e para os enviar a pregar” (Mc 3,13-14). A partir de então, eles serão os seus “enviados” (é o que significa a palavra grega *apostoloi*). Neles, Jesus continua a sua própria missão: “Tal como o Pai Me enviou, assim Eu vos envio a vós” (Jo 20, 21). O seu ministério é, pois, a continuação da própria missão de Jesus: “Quem vos acolhe, acolhe-Me a Mim”, disse Ele aos Doze (Mt 10,40).

859. Jesus uniu-os à missão que Ele próprio recebera do Pai: “assim como o Filho não pode fazer nada por Si mesmo” (Jo 5,19.30), mas tudo recebe do Pai que O enviou, assim também aqueles que Jesus envia nada podem fazer sem Ele; d’Ele recebem o

mandato da missão e o poder de o cumprir. Os apóstolos de Cristo sabem, portanto, que são qualificados por Deus como “ministros de uma Aliança nova” (2Cor 3,6), “ministros de Deus” (2Cor 6,4), “embaixadores de Cristo” (2Cor 5,20), “servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus” (1Cor 4,1).

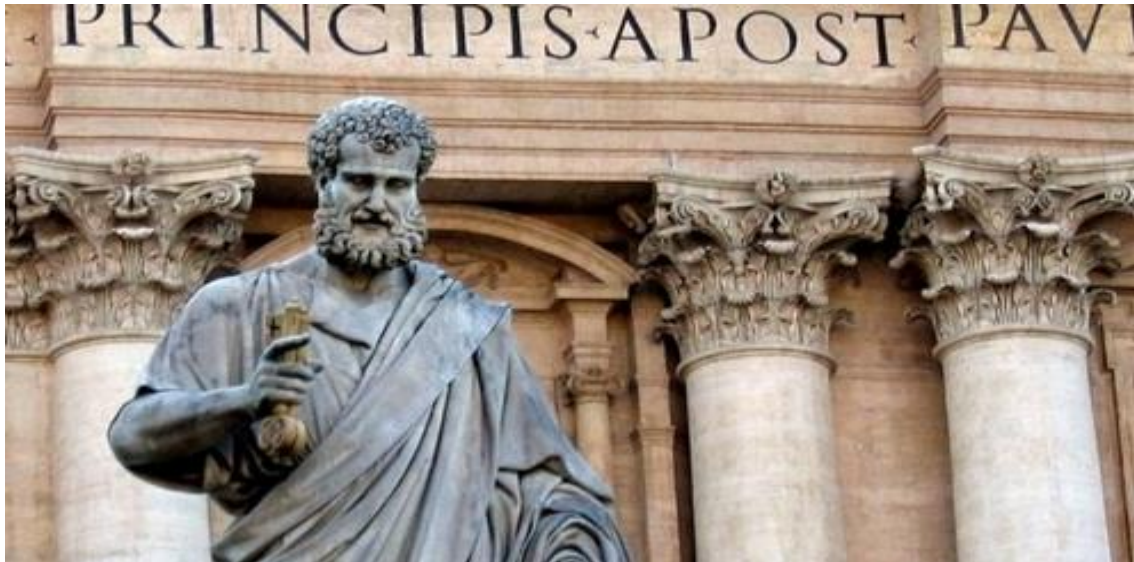
860. No múnus dos Apóstolos há um aspecto intransmissível: serem as testemunhas escolhidas da ressurreição do Senhor e os alicerces da Igreja. Mas há também um aspecto da sua missão que permanece. Cristo prometeu estar com eles até ao fim dos tempos. “A missão divina confiada por Jesus aos Apóstolos é destinada a durar até ao fim dos séculos, uma vez que o Evangelho que devem transmitir é, para a Igreja, princípio de toda a sua vida em todos os tempos. Por isso é que os Apóstolos tiveram o cuidado de instituir [...] sucessores”.



Os bispos, sucessores dos Apóstolos

861. “Para que a missão que lhes fora confiada pudesse ser continuada depois da sua morte, os Apóstolos, como que por testamento, mandataram os seus cooperadores imediatos para levarem a cabo a sua tarefa e consolidarem a obra por eles começada, encomendando-lhes a guarda do rebanho em que o Espírito Santo os tinha instituído para apascentar a Igreja de Deus. Assim, instituíram homens nestas condições e tudo dispuseram para que, após a sua morte, outros homens provados tomassem conta do seu ministério”.

862. “Do mesmo modo que o encargo confiado pelo Senhor singularmente a Pedro, o primeiro dos Apóstolos, e destinado a ser transmitido aos seus sucessores, é um múnus permanente, assim também é permanente o múnus confiado aos Apóstolos de serem pastores da Igreja, múnus cuja perenidade a ordem sagrada dos bispos deve garantir”. Por isso, a Igreja ensina que, “em virtude da sua instituição divina, os bispos sucedem aos Apóstolos como pastores da Igreja, de modo que quem os ouve, ouve a Cristo e quem os despreza, despreza a Cristo e Aquele que enviou Cristo”.



O apostolado

863. Toda a Igreja é apostólica, na medida em que, através dos sucessores de Pedro e dos Apóstolos, permanece em comunhão de fé e de vida com a sua origem. Toda a Igreja é apostólica, na medida em que é “enviada” a todo o mundo. Todos os membros da Igreja, embora de modos diversos, participam deste envio. “A vocação cristã é também, por natureza, vocação para o apostolado”. E chamamos “apostolado” a “toda a atividade do Corpo Místico” tendente a “alargar o Reino de Cristo à terra inteira”.

864. “Sendo Cristo, enviado do Pai, a fonte e a origem de todo o apostolado da Igreja”, é evidente que a fecundidade do apostolado, tanto dos ministros ordenados como dos leigos, depende da sua união vital com Cristo. Segundo as vocações, as exigências dos tempos e os vários dons do Espírito Santo, o apostolado toma as formas mais diversas. Mas é sempre a caridade, haurida principalmente na Eucaristia, “que é como que a alma de todo o apostolado”.

865. A Igreja é *una, santa, católica e apostólica* na sua identidade profunda e última, porque é nela que existe desde já, e será consumado no fim dos tempos, “o Reino dos céus”, “o Reino de Deus”, que veio até nós na Pessoa de Cristo e que cresce misteriosamente no coração dos que n’Ele estão incorporados, até à sua plena manifestação escatológica. Então, *todos* os homens por Ele resgatados e n’Ele tornados “santos e imaculados na presença de Deus no amor”, serão reunidos como o *único* povo de Deus, “a Esposa do Cordeiro”, “a Cidade santa descida do céu, de junto de Deus, trazendo em si a glória do mesmo Deus”. E “a muralha da cidade assenta sobre doze alicerces, cada um dos quais tem o nome de um dos *Doze apóstolos do Cordeiro*” (Ap 21, 14).

Resumindo:

866. *A Igreja é una: tem um só Senhor, professa uma só fé, nasce dum só Batismo e forma um só Corpo, vivificado por um só Espírito, em vista duma única esperança, no termo da qual todas as divisões serão superadas.*

867. *A Igreja é santa: é seu autor o Deus santíssimo; Cristo, seu Esposo, por ela se entregou para a santificar; vivifica-a o Espírito de santidade. Embora encerra pecadores no seu seio, ela é “a sem-pecado feita de pecadores”. Nos santos brilha a sua santidade; em Maria, ela é já totalmente santa.*

868. *A Igreja é católica: anuncia a totalidade da fé, tem à sua disposição e administra a plenitude dos meios de salvação; é enviada a todos os povos; dirige-se a todos os homens; abrange todos os tempos; “é, por sua própria natureza, missionária”.*

869. *A Igreja é apostólica: está edificada sobre alicerces duradouros, que são “os Doze apóstolos do Cordeiro”; é indestrutível; é infalivelmente mantida na verdade: Cristo é quem a governa por meio de Pedro e dos outros apóstolos, presentes nos seus sucessores, o Papa e o colégio dos bispos.*

870. *“A única Igreja de Cristo, da qual professamos no Credo que é una, santa, católica e apostólica, [...] é na Igreja Católica que subsiste, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos que estão em comunhão com ele, embora numerosos elementos de santificação e de verdade se encontrem fora das suas estruturas”.*



Revisando temas

1. A Igreja e os Apóstolos

Para estudar a apostolicidade da Igreja é essencial compreender quem são e qual é o essencial da identidade e missão dos apóstolos.

O termo “Igreja apostólica” não aparece no NT. No entanto, a realidade indicada pelo termo está presente. Alguns escritos neotestamentários da “segunda geração” (por exemplo, as cartas pastorais) da Igreja primitiva testemunham processos mediante os quais a Igreja continua e se transmite como Igreja apostólica. Nesse sentido são colocados em evidência a conservação e a transmissão fiel da “doutrina” e do “ofício” (1Tm 1,3-5; 2Tm 1,13; 2,2; 3,14s; Tt 1,5). Quando o NT chama os apóstolos de “colunas” e “fundamento” (Ef 2,20; Mt 16,18; Ap 21,14) afirma implicitamente a apostolicidade da Igreja.

Por outro lado o termo “apóstolo” é frequente no NT. Os minuciosos estudos exegeticos, apesar da diversidade de interpretação e opinião, concordam em alguns pontos.

Os estudos dos sinóticos mostram que é certo que Jesus distinguiu da totalidade dos discípulos o grupo dos “doze” (Mc 3,13ss). Estes doze foram enviados por Jesus em missão a Israel durante o seu ministério (Mc 6,7ss; Lc 9,1-12).

Fruto da releitura inspirada das Escrituras, do Pentecostes e da atividade de Paulo é a identificação que Lucas faz entre o grupo dos Doze e os “apóstolos”. Ele também atribui a Paulo o mesmo título e o assume nessa instituição fundamental. Paulo, ao reivindicar a sua qualidade de apóstolo, confirmava a qualidade fundamental dos Doze aos quais ele se assimilava (cf. 1Cor 9,1-2.5; 15,8; 2Cor 11; Gl 1,17-19; 2,8).

Paulo é apóstolo não por causa dos homens e sim de Deus. Sem ter conhecido Cristo segundo a carne e sem responder às condições enunciadas por Lucas para a eleição de Matias (cf. At 1,21-22), Paulo é apóstolo porque viu Cristo ressuscitado e recebeu dele o mandato de difundir o Evangelho. Também para os outros, que tinham acompanhado Jesus depois do batismo de João, a visão de Cristo ressuscitado e a missão recebida dele eram decisivas para fundar o seu apostolado (cf. Mt 28,16-20; Mc 16,14ss; Lc 24,47-48; At 1,8; Jo 20,21). Por isso não há verdadeiramente apostolado nem qualidade de apóstolo a não ser depois de pentecostes.

Em Paulo e uma vez em Atos dos apóstolos, o título de apóstolo é dado a outros que não são os Doze (cf. 1Cor 9,5; 15,7): esse é o caso de Barnabé (At 14,4.14); Tiago (Gl 1,19); Andrônico e Junia (Rm 16,7); Apolo (1Cor 4,6.9); Silvano e Timóteo (1Ts 2,7). O título é atribuído ainda a alguns enviados ou delegados das Igrejas (2Cor 8,23; Fl 2,25) e a ministros que edificam a Igreja (1Cor 12,28; Ef 4,11). Esse modo de atribuir o título mostra que “apóstolo” não estava reservado aos Doze.

A Igreja se entendia iniciada pelos apóstolos e destinada a uma extensão e uma duração indefinidas, de maneira que a Igreja é como que uma ampliação fiel do primeiro núcleo apostólico. Essa é a concepção dos Atos dos apóstolos. Nesse escrito os novos fiéis *se acrescentam* à primeira comunidade (cf. 2,41.47; 5,14; 11,24; 17,4). Como o povo de Israel foi a posteridade, a expansão e a multiplicação dos doze filhos de Jacó, assim também a Igreja, novo Israel, é a posteridade e a ampliação dos doze apóstolos. O próprio Jesus havia colocado os Doze em relação com as doze tribos (cf. Mt 19,28; Lc 22,30) e no Apocalipse a descrição da cidade celeste mostra-a edificada sobre as Doze pedras que trazem inscritos os nomes dos Doze apóstolos do cordeiro (21,12-14).

O grupo dos Doze tem, além disso, um caráter escatológico. Eles estão destinados a se sentarem nos doze tronos para julgar as tribos de Israel (cf. Lc 22,30), ligam interior e visivelmente a Jerusalém da páscoa onde tudo começou (cf. Lc 24,47; At 1,4.8) com a Jerusalém celeste; preenchem o intervalo entre as duas vindas de Cristo e asseguram, por graça do Espírito Santo, a continuidade, a unidade do princípio com o fim.

Esse levantamento sumário mostra que não se pode estabelecer, a partir do vocabulário do NT, uma descrição rigorosa e exata da estrutura ministerial da Igreja. No início, o conceito de “apóstolo” era muito amplo e impreciso. Ele só recebeu um conteúdo mais dogmático na época patrística, quando a Igreja foi confrontada com as primeiras reivindicações (as correntes gnósticas do séc. II) que colocavam em questão sua identidade e sua autoconsciência. A partir desse questionamento, a Igreja tomou consciência do fato de que tudo o que para ela e nela era normativo estava ligado aos apóstolos, ou melhor, a Cristo mediante os apóstolos. Foi também nesse momento que se colocou a questão da “sucessão apostólica” como ponto nevrálgico da questão da apostolicidade da Igreja.

A apostolicidade como propriedade fundamental da Igreja é uma concepção que aparece nos escritos eclesiásticos dos sécs. II e III. Irineu, Tertuliano, Orígenes, Cipriano são os teólogos mais representativos nesse tema. Eles desenvolveram o tema da apostolicidade como um critério decisivo para distinguir a verdadeira Igreja das comunidades heréticas.

Aplicando esse critério, a verdadeira Igreja de Cristo é a que pode documentar a sua descendência direta dos apóstolos.

Mas antes mesmo de Irineu e de Tertuliano é possível encontrar indícios de que a ideia da apostolicidade estava presente na consciência dos cristãos. A ideia fundamental é de a comunicação da vida divina, iniciada em Deus, se propaga na terra através de Cristo e da Igreja. Essa ideia já se encontra no NT (cf. Jo 17,7ss.; 20,21; Mt 28,18-20; Rm 10,13-17; 1Jo 1,1-3; 2Tm 2,2; Tt 1,5) e está presente em Clemente Romano (séc. I), Inácio de Antioquia (séc. I) e Tertuliano (séc. II).

Outro indício importante é a existência de listas de bispos anteriores a Heseqipo (séc. II) e a Irineu (séc. II). Elas testemunham que a Igreja tinha consciência de estar em continuidade com os apóstolos, e tal continuidade era garantida pelos bispos que se sucederam a eles.

As listas sucessórias documentam também as concepções do depósito apostólico e da sucessão apostólica. Na cultura helênica e judaica, a sucessão assegurava a continuidade doutrinal de um ensinamento e de um cargo. Os discípulos de uma determinada escola tinham a garantia de receber a mesma doutrina do fundador dessa mesma escola não pelos meios materiais (escritos, monumentos etc.), e sim por uma sucessão de mestres que são os sucessores autorizados do fundador.

Como no NT, a apostolicidade é entendida pelos Padres como a expansão e o prolongamento da Igreja dos apóstolos. Dentre os numerosos textos antigos que testemunham essa concepção podemos citar Tertuliano.

Foi primeiramente na Judéia que eles (os apóstolos escolhidos e enviados por Jesus) estabeleceram a fé em Cristo e começaram a instalar as Igrejas. Depois se dispersaram pelo mundo e anunciaram às nações a mesma doutrina e a mesma fé. Em cada cidade fundaram Igrejas, das quais a partir desse momento as outras Igrejas receberam a semente da fé e da doutrina, e continuam a recebê-la todos os dias para se tornar em Igrejas. Por isso mesmo são consideradas como apostólicas dado que são filhas das Igrejas apostólicas. Todas as coisas devem ser necessariamente caracterizadas por sua origem. Por isso essas Igrejas, por numerosas e grandes que sejam, não são mais do que a primitiva Igreja apostólica da qual todas procedem (...), a única tradição de um mesmo mistério (*De Praescriptione hereticorum*, 20,4-7.9).

Duas afirmações do texto sobre a *Prescrição contra os hereges* constituem o argumento de Tertuliano em favor da verdadeira Igreja:

- Cristo incumbiu aos apóstolos e a ninguém mais da pregação de sua doutrina.
- Os apóstolos confiaram esta doutrina às comunidades por eles fundadas, e a ninguém mais.

Tertuliano demonstra assim não só a prioridade das comunidades apostólicas, mas também a excelência de sua doutrina, em comparação a todas as heresias. Esta verificação, por si mesma, basta para provar que as heresias incorrem em erro, uma vez que elas apareceram depois.

Para Hipólito (séc. II) as seitas heréticas hauriram suas doutrinas não na revelação cristã, mas na “sabedoria dos pagãos”. Garantia da verdade de uma doutrina é o Espírito Santo que está presente na Igreja, nos apóstolos e nos seus sucessores.

Todos esses erros não têm outra refutação a não ser o Espírito Santo difundido na Igreja, este Espírito, identicamente o mesmo, que os primeiros apóstolos receberam e comunicaram aos que tinham a verdadeira fé. Nós fomos constituídos seus sucessores, participantes do mesmo dom espiritual do sacerdócio supremo e da doutrina, e como eles, guardiões da Igreja (*Philosophoumena*, prol.).



A mesma ideia se encontra nos padres dos séc. IV e V. “Muitos se separaram da raiz da comunhão cristã que se difunde por todo o mundo com uma propagação segura através das sedes dos Apóstolos e a sucessão dos bispos” (Agostinho, *Ep.* 232,3: PL 33,1028).

O termo “apostólico” foi inicialmente empregado em sentido moral, isto é, significou primeiramente “conforme os apóstolos”. Irineu foi o primeiro a expressar contra os gnósticos a ideia de que a verdadeira doutrina devia ser buscada na tradição recebida dos apóstolos pelos bispos ou presbíteros estabelecidos por estes e que a transmitiram a seus sucessores até ao presente.

Somente a partir do séc. IV o termo aparece nos símbolos como uma das quatro propriedades da Igreja. Ele não estava presente no símbolo batismal, do qual provém o Símbolo apostólico, nem no de Nicéia (325). O adjetivo aparece no Símbolo de Epifânio (381; DS 44) e no símbolo que o Concílio de Calcedônia (451) atribui ao Concílio de Constantinopla (381; DS 150).

A Idade Média tinha uma ideia muito firme sobre a catolicidade. Santo Tomás a exprime sob o nome de *firmitas*, ou seja, permanência e solidez da Igreja constituída mediante a fé viva, pelo fato que ela ensina a mesma doutrina dos apóstolos. Também nesse período, a ideia de catolicidade se manifesta na insistência sobre a apostolicidade do ministério apresentada como continuação de um tipo de ministério na Igreja.

A nota da catolicidade ocupou um lugar importante nas controvérsias do tempo da Reforma protestante. Os apologetas católicos encontraram na apostolicidade um argumento muito forte contra as comunhões que se originaram da Reforma.

Distinguiram e salientaram três aspectos da apostolicidade: de origem, de doutrina e de sucessão hierárquica.

A argumentação elaborada nos séc. XVI e XVII contra os protestantes tomava a forma da apostolicidade de origem. A Igreja deles tinha origem de Lutero, Calvino etc. ao passo que a verdadeira Igreja remonta aos apóstolos, tendo sido fundada por eles. Esse tipo de argumentação não se sustenta mais, pois não basta uma continuidade puramente histórica e material; há necessidade de uma apostolicidade doutrinal.

De fato, com o tempo deixou-se de lado a apostolicidade de origem. Por sua vez, também a apostolicidade de doutrina foi colocada em segundo plano, uma vez que esta era tratada mais como uma nota negativa (sublinhando os pontos em que os reformadores não concordavam com a doutrina da antiguidade). Assim se privilegiou a argumentação mediante a apostolicidade de sucessão, mas insistindo sempre mais na sucessão romana. Os reformadores, no início, não mencionaram a apostolicidade.

2. Tradição apostólica e sucessão apostólica



Para refletir sobre a apostolicidade da Igreja é preciso relacionar a apostolicidade de sucessão e de doutrina.

- A tradição apostólica e a sucessão apostólica constituem o conjunto da apostolicidade.
- A sucessão é a forma da tradição, e a tradição é o conteúdo da sucessão.

A estreita conexão entre sucessão apostólica e tradição apostólica é ilustrada nos documentos do Vaticano II. A LG 20 apresenta a tradição de sucessão e a tradição do evangelho como incindíveis.

Particularmente importante é a DV 7-8. A tradição apostólica abraça tudo o que Jesus confiou à Igreja apostólica para que ela transmitisse às gerações sucessivas. O que foi transmitido pelos Apóstolos compreende todas aquelas coisas que contribuem para santamente conduzir a vida e fazer crescer a fé do Povo de Deus, e assim a Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê” (DV 8). A sucessão apostólica está a serviço da tradição apostólica. “Mas para que o Evangelho sempre se conservasse inalterado e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram como sucessores os bispos, a eles ‘transmitindo o seu próprio encargo de Magistério” (DV 7).

A apostolicidade da Igreja não se esgota na questão da sucessão apostólica, mas não se pode negar que os dois aspectos estão estreitamente ligados.

3. Os bispos são sucessores dos apóstolos?

Para responder a essa questão é preciso partir do que os apóstolos representam para a Igreja. Os apóstolos cumpriram duas funções.

- Eles são testemunhas oculares do que o Senhor Jesus fez para a nossa salvação e da sua ressurreição. Enquanto testemunhas oculares receberam o mandato de fundar Igrejas mediante o anúncio do Evangelho. O mandato de serem testemunhas diz respeito ao momento histórico singular e temporalmente circunscrito da vinda do Filho de Deus na carne. O mandato de ser os fundamentos da Igreja se liga aos carismas extraordinários da revelação e da inspiração.
- Os apóstolos eram mestres e pastores das Igrejas por eles fundadas.

Segundo a primeira função, os bispos não são sucessores dos apóstolos. Essa função estava ligada à pessoa dos apóstolos, ao evento da encarnação e à vida terrena das testemunhas. Nesse sentido, não há sucessão apostólica.

Existem sucessores apostólicos somente na segunda função, mas também aqui não com absoluta paridade. Os bispos são os chefes ministeriais, constituídos pelos apóstolos, para que guiem (pastoreiem) as Igrejas fundadas por eles. É certo que a sucessão episcopal diz respeito não à função única do apóstolo (relativa à fundação da Igreja, pois essa é intransmissível), mas a uma autoridade de ministério que mira a direção pastoral das Igrejas fundadas: autoridade derivada daquela dos apóstolos (Mt 28,18-20) que estabeleceram os primeiros ministros em tais cargos.

Outra diferença entre os apóstolos e os bispos reside no fato de que estes não têm o carisma da revelação que permite aos apóstolos *constituir* a Tradição normativa. Os bispos, com efeito, não estabelecem a Tradição, mas estão submetidos a ela.

Além disso, é preciso distinguir: se se considera um bispo singularmente, ele não goza, como os apóstolos, do carisma pessoal da infalibilidade no ensino e no testemunho, muito menos de uma autoridade de governo universal. Essa infalibilidade e autoridade, porém, está presente no corpo ou o colégio dos bispos. Como colégio dos apóstolos, o dos bispos possui a plenitude da autoridade sobre a Igreja universal e, nos atos em que julga ou ensina uma verdade como pertencente ao depósito da revelação, goza também da infalibilidade.

A sucessão na autoridade do ministério é uma sucessão do colégio pelo colégio, do grupo estável e estruturado por um grupo constituído (cf. LG 22). Somente nesse sentido o bispo é (na ordem do ministério) o sucessor dos apóstolos.

É preciso, portanto, distinguir entre os poderes e os carismas dados aos Apóstolos enquanto eles são fundamentos e formadores da Igreja (carisma da revelação), e os poderes confiados aos Apóstolos como chefes das Igrejas, isto é, na ordem dos ministérios que deviam durar tanto quanto a Igreja. É nesse sentido que há sucessão, uma vez que ela é o meio de permanência da Igreja na sua forma de regime e de vida que ela recebeu de Jesus Cristo. Esses poderes são expressos nos textos do NT: Mt 18,18; 28,18-20; Jo 20,21-23; Lc 22,19.

Esses poderes foram entregues ao colégio dos apóstolos. Por isso o dom do poder de perdoar pecados não é repetido ao apóstolo Tomé quando, oito dias depois, Cristo lhe aparece juntamente com os outros dez. Assim também Matias se torna participante dos

poderes apostólicos pelo próprio fato de ser contado entre o número dos doze apóstolos (cf. At 1,26).

4. Sucessão apostólica

O princípio da sucessão foi, algumas vezes, colocado em dúvida como algo próprio do cristianismo. Segundo os críticos, Irineu teria se apropriado de um princípio gnóstico para usá-lo contra eles e responder à reivindicação deles de ter recebido uma doutrina dos Apóstolos. Foi isso que teria levado Irineu a elaborar sua teologia da sucessão e da apostolicidade.

Essa crítica, no entanto, ignora o fato de que a ideia de transmissão por sucessão era corrente tanto no mundo pagão (escolas de filosofia, constituições políticas) quanto no mundo judaico. Além disso, tal ideia estava presente desde o tempo dos próprios Apóstolos como algo que correspondia à própria constituição da Igreja e da vida cristã, tanto que sequer tinha sido colocada em discussão.

O princípio da sucessão apostólica só aparece como tema de reflexão no momento em que é usado explicitamente para legitimar o que não deveria ser legitimado. Nesse sentido, a realidade precedeu a formulação.

Além do aspecto polêmico é preciso levar em conta também que num primeiro momento da época dos Apóstolos, o princípio da sucessão apostólica não era algo vital para a Igreja, uma vez que se acreditava iminente o retorno do Senhor. Por isso não havia a preocupação de prever e de organizar o futuro da Igreja. O princípio da sucessão apostólica só surge quando a comunidade é obrigada a reconhecer que essa volta demora e de que é necessário equipar a Igreja com as estruturas fundamentais que lhe garantam a continuidade, a fidelidade às suas origens e a relação com o Senhor. Com a morte dos Apóstolos e o aparecimento das primeiras das divisões provocadas pelas falsas doutrinas, a Igreja iniciou o processo de estruturação do ministério para assegurar a permanência no fundamento dos Apóstolos.

A Igreja descobriu então que o ponto de referência para uma transmissão fiel e integral da fé autêntica era o critério da fé dos apóstolos que vinha sendo pregada e guardada na Igreja por seus vários bispos que haviam sucedido os Apóstolos na direção e governo das comunidades cristãs. Assim ela percebeu que a transmissão aconteceu (como ainda acontece hoje) segundo uma transmissão de caráter interpessoal.

Para usar uma comparação moderna: o permanecer na fé apostólica é garantido não por meio de uma memória digital, gravada em meios eletrônicos, mas por uma memória humana na qual os sujeitos da transmissão estão implicados vital e existencialmente. O que se transmite não é um texto, mesmo que esse texto seja a Escritura. Se fosse só isso bastaria uma boa editora de livros ou uma eficiente fotocopiadora. A transmissão é mais ampla e profunda: transmite a vida divina por meio de Cristo e através dos Apóstolos que são sustentados pelo Espírito Santo. A apostolicidade é o nexó vital que o conjunto dos fiéis tem com a pessoa do Senhor, nexó esse que é vivido graças aos Apóstolos.

Não se deve esquecer também que os Apóstolos receberam a missão de evangelizar. Tal missão não somente implica uma tarefa a ser realizada, mas também os meios necessários para o seu cumprimento. Em breves palavras: a missão comporta o que fazer e o poder de fazer. Ora, os meios para cumprir a tarefa estão fundados no poder de Cristo e na sua presença com os Apóstolos.

A expansão da Igreja exigiu uma multiplicação da autoridade pastoral. Assim se vê Paulo estabelecer presbíteros nas comunidades por ele fundadas: em Listra, Icônio,

Antioquia e em Éfeso (cf. At 14,23; 20,17-23). Fazendo isso ele cuida para que os ministros supervisionassem o desenvolvimento de um grupo de comunidades locais em nome e no lugar do Apóstolo do qual eles são associados e delegados. Esse parece ser o papel de Tíquico, Épafras, Tito em Creta e Timóteo em Éfeso.

No momento em que o desaparecimento de Paulo se aproximava, começaram a surgir também as ameaças das falsas doutrinas, das dissensões e das provas (1Tm 1,3-7; 2Tm 3; 4,3-5). Nesse contexto, o ministério da direção do ensino das comunidades passou a ser assumido por outros: os bispos ou presbíteros de Éfeso que Paulo convoca a Mileto, na certeza que não mais os verá (At 20,17-35), mas sobretudo Tito e Timóteo, aos quais Paulo impôs as mãos com todo o colégio de presbíteros (2Tm 1,6; 1Tm 4,14). Eles deviam não somente ser firmes na doutrina e “conservar o depósito” (1Tm 4,12-16; 6,20; 2Tm 1,13-14; 2,15; 3,14-4,5), mas também assegurar a continuação da obra apostólica: instituir presbíteros locais (Tt 1,5) usando uma autoridade superior a eles (1Tm 5,17-22), transmitir a eles a doutrina (2Tm 2,2), escolher os mais capazes para transmitir a doutrina recebida a outros (Tt 1,9; 2,1-5).

Clemente Romano assinala essa passagem para uma Igreja que permanece no tempo e que, por isso, deve garantir seu nexos vital com os apóstolos e, através destes, com Jesus Cristo.

1Clem. 42: “Os apóstolos nos anunciaram a boa-nova da parte de Jesus Cristo. Jesus Cristo foi enviado por Deus¹. Cristo vem, pois, de Deus e os apóstolos de Cristo. Assim, pois, esta dupla missão, com sua ordem, procede da vontade de Deus². Providos das instruções de Nosso Senhor Jesus Cristo, plenamente convencidos por sua ressurreição, e confirmados em sua fé na palavra de Deus, os apóstolos iam, cheios de segurança que o Espírito Santo dá, anunciar por todas as partes a boa-nova da vinda do reino dos céus³. Por aldeias e cidades, os apóstolos proclamavam a palavra, e assim obtiveram suas primícias, e, depois de ter comprovado qual era seu espírito, os bispos e diáconos dos futuros crentes⁴.”

1Clem, 44,: “Também nossos apóstolos souberam que haveria discussões a propósito da dignidade do episcopado¹. Por isso, conhecendo muito bem o que ia suceder, constituíram os ministros de que falamos e depois estabeleceram a norma segundo a qual, depois de sua morte, outros homens provados lhes sucederiam em suas funções². Aqueles que receberam assim sua missão dos apóstolos ou, mais tarde, de outras pessoas eminentes, com o assentimento de toda a Igreja, serviram o rebanho de Cristo de maneira irrepreensível, com toda a humildade, sem desordem nem mesquinhez, se deram bom testemunho desde há muito tempo, pensamos que seria contrário à justiça excluí-los de seu ministério³. E não seria pequena falta destituir do episcopado homens que apresentam a Deus as oferendas com uma piedade irrepreensível⁴.”

Como você pode notar, na época de Clemente, a sucessão é já uma realidade na Igreja. É a partir dessa realidade que posteriormente se constrói a teoria.

Mas de que realidade se trata? Vejamos juntos os componentes da sucessão apostólica.

5. Componentes da sucessão apostólica

A sucessão apostólica não é simplesmente a ocupação ininterrupta de uma sede. Uma Igreja pode permanecer sem bispo por tempo relativamente longo sem que a sucessão apostólica seja interrompida porque, na realidade, essa sucessão subsiste no colégio dos bispos.

Na antiguidade, vigorava uma disciplina segundo a qual o ministro era eleito por uma comunidade, não podendo ser transferido de uma comunidade para outra. Essa norma implicava, nas ordenações, a distinção de duas coisas: a consagração e o cargo a desempenhar em uma comunidade: a primeira não era considerada completa se não quando se alcançava a segunda. No caso do bispo, se estabelecia entre ele e sua comunidade uma relação sponsal: daí o simbolismo do anel episcopal que era o sinal de que ele não poderia abandonar a sua comunidade para exercer seu ministério em outra. O encargo de uma comunidade pressupunha e exigia a comunhão com toda a Igreja, cujo mistério era realizado localmente para a comunidade.

Todas as heresias antigas procuraram manter a aparência de sucessão apostólica. Mas não havia sucessão verdadeira, exatamente porque tal sucessão se verificava somente em relação ao rito, mas não quanto à comunhão com a Igreja mediante a comunhão com o episcopado. A Igreja Local é Igreja exatamente na comunhão com a *Catholica*. Concretamente essa comunhão exige a comunhão com o centro e o vértice da ordem episcopal, ou seja, com o Bispo de Roma. Ele constitui o ponto de referência, a condição e o critério da comunhão eclesiástica, assegurada pela comunhão hierárquica.

A índole e o caráter colegial da ordem episcopal são expressos já pela disciplina muito antiga segundo a qual os Bispos de todo o mundo tinham comunhão entre si e com o Bispo de Roma no vínculo da caridade e da paz, como também pelos Concílios reunidos, nos quais se resolviam em comum as questões importantes, auscultando ponderadamente a opinião de muitos. O mesmo é comprovado abertamente pelos Concílios Ecumênicos celebrados no decurso dos séculos. Da mesma forma também o insinua o antiquíssimo costume de convocar vários Bispos para participarem da elevação de um neoeleito ao ministério do sumo sacerdócio. Alguém é constituído membro do Corpo Episcopal pela sagração sacramental e pela hierárquica comunhão com o Chefe e os membros do Colégio (LG 22).

A sucessão apostólica se dá através da consagração e da imposição das mãos. Ser estabelecido no episcopado significa ser eleito e ordenado. A sucessão tem o objetivo de assegurar o verdadeiro culto sacramental e a conservação da doutrina transmitida desde o tempo dos apóstolos. As Cartas pastorais falam da conservação e da transmissão da verdadeira doutrina (2Tm 2,2). Os bispos ou os anciãos que formam a cadeia da sucessão ocupam um cargo de ensino (*locus magisterii*). A sucessão é essencialmente sucessão nesse encargo: desde o séc. II o termo *cathedra* designa o episcopado, a função e o poder que o Bispo detém na Igreja em virtude da sucessão apostólica.

Com efeito, o ensinamento dos bispos é uma regra para os fiéis, mas ele também é regulado. A função implica a autoridade, mas ela é condicionada pela sua fidelidade à tradição dos apóstolos, viva e atualizada na história mediante o Espírito Santo.

Qual é o critério de ortodoxia? Na Igreja local, é o bispo que recebeu o “*charisma veritatis certum secundum placitum Patris*” (carisma certo da verdade segundo o beneplácito do Pai), e de modo decisivo, o acordo com as outras Igrejas (por isso um bispo devia ser consagrado por vários bispos de outras Igrejas) e com a Igreja de Roma, na qual conflui e se concentra toda a catolicidade.

A sucessão é condicionada pela fidelidade ao ensinamento dos Apóstolos. Nesse sentido, se entende o costume de ordenar somente depois de uma profissão de fé. Sem ela não se toma posse de um novo encargo pastoral ou de uma cátedra de ensino; não se entra em concílio sem ela. As Cartas sinodais que os papas e os patriarcas enviavam por ocasião de sua eleição tinham também esse significado: verificar se a fé e a pregação do

novo eleito concordassem com a fé da Igreja e, conseqüentemente, com a Tradição recebida e transmitida pelos apóstolos. A sucessão apostólica é inseparável da apostolicidade da Igreja; elas se condicionam e se garantem reciprocamente.

A sucessão apostólica não esgota a apostolicidade de toda a Igreja. A eclesiologia conciliar redescobriu e reafirmou o fato incontestável de que toda a Igreja é apostólica, não somente os bispos e o papa. Pode-se dizer que o fiel leigo é, como o bispo, um sucessor dos apóstolos. Segundo o Concílio, a Igreja inteira participa do tríplice múnus de Cristo (cf. LG 10-12; 33-36).

“Deus enviou (...) o Espírito de seu Filho, Senhor e Fonte de vida. É ele que congrega toda a Igreja, cada um e todos os crentes. É ele o princípio de unidade na doutrina dos Apóstolos, na fração do pão e nas orações (cf. At 2,42)” (LG 13).

O sagrado depósito da Palavra de Deus não foi confiado só aos bispos, mas à Igreja; “apegando-se firmemente ao mesmo o povo santo todo, unido a seus Pastores, persevera continuamente na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e nas orações (cf. At 2,42), de sorte que os bispos e os fiéis colaboram estreitamente na conservação, exercício e profissão da fé transmitida” (DV 10).

A missão de propagar o Evangelho é portanto confiada a toda a Igreja; todos os fiéis tomam parte dela. A Igreja inteira, povo de Deus organicamente estruturado, é o “sacramento universal da salvação” porque é toda ela apostólica.

6. Base antropológica da sucessão apostólica

Deus é imortal e eterno. Mas os homens nascem e morrem. Por isso a humanidade se perpetua mediante a sucessão das gerações.

“Senhor que podes tudo, nosso Deus, que criaste todas as coisas mediante o Cristo e que, mediante ele, as conservas: os seres imortais simplesmente conservando-os, os mortais mediante a sucessão” (*Const. Apost.* 8,16,3).

Nesse sentido a sucessão apostólica consiste na conservação, através do espaço (que uma presença corpórea limitada não pode ocupar) e do tempo (que a nossa caducidade não domina), a identidade da missão apostólica, ou seja, o encargo que é acompanhado de poderes e carismas necessários para exercitá-lo e que são os mesmos dados aos apóstolos.

“Concederam-me a plena autoridade no céu e na terra. Portanto, ide fazer discípulos entre todos os povos, batizai-os consagrando-os ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, e ensinai-lhes a cumprir tudo o que vos mandei. Eu estarei convosco sempre, até o fim do mundo” (Mt 28,18-20).

“Mas recebereis a força do Espírito Santo que virá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, na Judéia, na Samaria e até os confins do mundo” (At 1,8).

“A ti [Pedro] darei as chaves do reino de Deus: o que atares na terra ficará atado no céu; o que desatares na terra ficará desatado no céu” (Mt 16,19).

“Eu vos asseguro que o que ligardes na terra ficará ligado no céu, o que desligardes na terra ficará desligado no céu” (Mt 18,18).

A quem perdoardes os pecados, ficarão perdoados; a quem os mantiverdes, ficarão mantidos” (Jo 20,23).

Os que foram enviados podem e devem enviar outros depois deles. Se a missão estivesse limitada à pessoa dos apóstolos, nós não deveríamos tampouco batizar. Assim

o que foi entregue aos Apóstolos é exercitado mediante ministérios herdados ou derivados deles. Constitui-se assim um só corpo, uma só realidade, uma só pessoa moral de missão e de poderes sagrados: a hierarquia. Os homens passam; a missão e a autoridade permanecem idênticas.

A ideia da identidade de um único sujeito corporativo que dura ao longo dos anos, em última instância, significa a união dos homens e do mundo ao único evento de Jesus Cristo, enviado do Pai, único mediador entre Deus e os homens. A economia salvífica requer que os fatos acontecidos uma vez para sempre, em um ponto definido da terra e na história, sejam comunicados a todos os homens. Para os homens, essa comunicação é feita como graça salvífica e comunhão com Deus. A comunhão com Deus se dá mediante Jesus Cristo; a comunhão com Cristo se dá mediante os Apóstolos.

O que existia desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos e nossas mãos apalparam, é nosso tema: a Palavra da vida. A vida se manifestou: nós a vimos, damos testemunho e vos anunciamos a Vida que estava junto do Pai e se manifestou a nós. O que vimos e ouvimos vo-lo anunciamos também a vós, para que partilheis nossa vida, como nós a partilhamos com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo (1Jo 1,1-3).

A Igreja é um corpo, o corpo de Cristo, constituído por um elemento humano e por elementos da graça, de origem divina. Ela é uma realidade histórica, mas sua fonte e seu fim são meta-históricos. Ora, o sentido da hierarquia e da sucessão é o de realizar e significar que tudo provém do Verbo encarnado, morto e ressuscitado.

SUCESSÃO APOSTÓLICA

PAPA FRANCISCO

João Paulo I

Paulo VI

João Paulo II

PAPA BENTO XVI

Pedro

The infographic features a dark red background. At the top left is a photograph of Pope Francis in white vestments holding a crucifix. To his right is the title 'SUCESSÃO APOSTÓLICA' in white bold letters. Below this is a white horizontal bar containing the text 'PAPA FRANCISCO' in red bold letters and the coat of arms of the Holy See. Below the bar, a series of circular portraits of popes are arranged in a descending staircase pattern from left to right. From top to bottom, the portraits are: Pope Francis (labeled 'PAPA BENTO XVI'), Pope John Paul II (labeled 'João Paulo II'), Pope John Paul I (labeled 'João Paulo I'), and Pope Paul VI (labeled 'Paulo VI'). At the bottom right, the name 'Pedro' is written in white, with a small icon of the keys of St. Peter above it. Each portrait is accompanied by a small coat of arms or symbol below it.